

Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO № 200/2024 PROCESSO № 129/2024 PREGÃO ELETRÔNICO № 018/2024 VIGÊNCIA: 08/10/2024 À 08/10/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIDO MOTA - SP E A EMPRESA DROGAFONTE LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Aos **08** (oito) dias do mês de outubro de **2024**, na sede da **Prefeitura Municipal de Cândido Mota**, CNPJ(MF) nº 46.179.958/0001-92, com sede na Rua Henrique Vasques, nº 180, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, o senhor **ERALDO JOSE PEREIRA**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 29.424.677-0, e do CPF nº 265.370.418-80, residente e domiciliado no município de Candido Mota, Estado de São Paulo, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 7.077, de 25 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

EMPRESA: DROGAFONTE LTDA, CNPJ nº 08.778.201/0001-26, com sede na Rodovia Br-101, Norte S/Nº, KM 56.6, Jardim Paulista, na cidade de Paulista/PE, CEP 53409-260, Telefone: (81) 2102-1819, E-mail: pregaoeletronico@drogafonte.com.br, representada neste ato, por seu representante legal, a Senhora **MARIA EMÍLIA DE SOUZA FERRAZ**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 6.353.262 e CPF nº 056.57.014-67, **VENCEDORA DOS ITENS CUJO VALORES UNITÁRIOS ESTÃO DESCRITOS NO ITEM 2.1**.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS**, conforme especificado no Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 018/2024, Processo nº 129/2024 que é parte integrante

Página 1 de 13



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	V. TOTAL	
35	15.000	Solução Oral	Amoxacilina 50mg/ml, frasco c/ 150 ml	R\$ 4,011	R\$ 60.165,000	
38	200.000	Comprimido	Anlodipino, Besilato 10 mg	R\$ 0,045	R\$ 9.000,000	
41	3.500.000	Comprimido	Atenolol 25 mg	R\$ 0,031	R\$ 108.500,000	
77	320.000	Comprimido	Carbamazepina 200 mg	R\$ 0,156	R\$ 49.920,000	
84	150.000	Comprimido	Carvedilol 12,5 mg	R\$ 0,071	R\$ 10.650,000	
85	170.000	Comprimido	Carvedilol 25 mg	R\$ 0,115	R\$ 19.550,000	
87	100.000	Comprimido	Carvedilol 6,25 mg	R\$ 0,069	R\$ 6.900,000	
100	6.000	Tubo	Cetoconazol creme 20 mg/g, tubo c/ 30 gr	R\$ 2,745	R\$ 16.470,000	
166	210.000	Comprimido	Doxazozina 2 mg	R\$ 0,068	R\$ 14.280,000	
173	150.000	Comprimido	Enalapril, maleato 5 mg	R\$ 0,030	R\$ 4.500,000	
256	50.000	Comprimido	Levomepromazina 100 mg	R\$ 0,569	R\$ 28.450,000	
265	300	Solução Injetável, frasco 20ml	Lidocaína 2% s/ vasoconstritor, frasco unitário	R\$ 4,188	R\$ 1.256,400	
304	25.000	Comprimido	Metropolol, Succinato 100 mg	R\$ 0,569	R\$ 14.225,000	
332	350.000	Cápsula	Omeprazol 20 mg	R\$ 0,054	R\$ 18.900,000	
343	150.000	Comprimido	Paracetamol 500 mg	R\$ 0,064	R\$ 9.600,000	
346	25000	Comprimido	Paroxetina 20 mg	R\$ 0,166	R\$ 4.150,000	
VALOR TOTAL: R\$ 376.516,40						

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços serão de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

Decreto Municipal nº 7.077/2024.

3.2. O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com as disposições nela contidas e em observância aos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante disposto na minuta anexa ao correspondente edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes, desde que esteja previsto no ato convocatório a possibilidade de prorrogação e renovação dos quantitativos conforme o Decreto Municipal nº 7077/2024.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO.

- **5.1.** O prestador terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:
- **5.1.1.**Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços (Analisado caso através de Processo Administrativo Especial);
- **5.1.2.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº14.133/21.
- **5.1.3.**Caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados e comprovados os fatos;
- **5.1.4.** Por razões de interesse público.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO.

- **6.1.** O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro**, para mais ou para menos.
- **6.1.1.**Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração Adotará as seguintes providências:
- **6.1.1.1.** Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- **6.1.1.2.** Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;
- **6.1.1.3.** Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **6.1.2.**Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos.

- **6.1.2.1.** A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor da Ata, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.
- **6.1.2.2.** A administração Pública deverá realizar uma nova contação para confrontar com a solicitação da empresa.
- **6.1.2.3.** Após a realização das cotações para verificar a variação do preço e encontrar o valor médio, a administração deverá aplicar o percentual de desconto ofertado pela licitante na data da sessão.
- **6.2.** Os novos preços somente vigorarão a partir da celebração de termo aditivo à ata de registro de preços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS.

7.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da data-base fixada na Ata de Registro de Preços, aplicando-se o IPCA (Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO.

- **10.1.** A Detentora deverá apresentar fatura/nota fiscal do objeto entregue, informando todos os dados de acordo com o empenho, sendo que, a Prefeitura de Cândido Mota efetuará o pagamento, em **até 30 (trinta) dias** após a o recebimento definitivo dos produtos solicitados e apresentação da nota fiscal correspondente.
- **10.2.** A Detentora deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
- **10.2.1.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

ficará pendente até que a Detentora adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a Detentora ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos da Administração.

- **10.3.** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- **10.4.** Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- **10.5.** Para fins de pagamento, a Detentora, deverá informar na Nota fiscal do produto entregue o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da Detentora.
- **10.6.** Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21, quando se tratar de fornecimento não-contínuo, para os itens com prazo de entrega imediata, integral e dos quais não resultem obrigações futuras.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO.

- **11.1.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela Administração, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.
- **11.2.** A Administração indicará como **fiscal e gestor do Contrato** a Srª. **Renata Maria Pereira da Mota Palma**, que será responsável, caso haja necessidade da empresa para sanar qualquer dúvida sobre a aquisição do objeto licitado. O canal de contato poderá ocorrer via telefone, através do número (14) 3110-5004.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

12.1. Da **ADMINISTRAÇÃO**:

- **12.1.1.** Receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado;
- **12.1.2.** Receber o objeto. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do Administração, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;
- **12.1.2.1.** Comunicar à Detentora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

corrigido;

- **12.1.3.** Efetuar o pagamento à Detentora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.
- **12.1.4.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Detentora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2. Da DETENTORA:

- **12.2.1.** A Detentora cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- **12.2.1.1.** proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- **12.2.1.2.** considerar os preços propostos completos e suficientes para o fornecimento do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da Detentora;
- **12.2.1.3.** arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação;
- **12.2.1.3.1.** entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;
- **12.2.1.4.** indenizar terceiros e a Administração os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;
- **12.2.1.5.** arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;
- **12.2.1.6.** cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- **12.2.1.7.** substituir o objeto avariado no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela Administração;



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

- **12.2.1.8.** prestar informações sobre a utilização do objeto;
- **12.2.1.9.** manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- **12.2.1.10.** responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- **12.2.1.11.** não subcontratar o objeto deste contrato, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;
- **12.2.1.12.** prestar a garantia contratual, manutenção e assistência técnica, caso exigida neste Termo de Referência;
- **12.2.1.13.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- **12.2.1.14.** informar ao Departamento de Compras e Licitação, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (email) ou outros dados, exceto dados bancários, os quais deverão ser informados ao Departamento Financeiro desta Prefeitura.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- **13.1.** Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 7.077/2024 de 25 de janeiro de 2024, o licitante/adjudicatário que:
- **13.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- **13.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **13.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;
- **13.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- **13.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **13.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **13.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **13.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- **13.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

- **13.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- **13.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.2.1. Advertência;
- **13.2.2.** Multa;
- 13.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
- **13.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- **13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- **13.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **13.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- **13.5.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- **13.6.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial do Município de Cândido Mota, as sanções administrativas previstas deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
- **13.7. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 13.7.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTES PRÁTICAS:
- **13.7.1.1. PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- **13.7.1.2. PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- **13.7.1.3. PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

- **13.7.1.4. PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- **13.7.1.5. PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Prefeitura Municipal de Cândido Mota, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO.

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Cândido Mota para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da Ata dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Cândido Mota, 08 de outubro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MOTA

ERALDO JOSE PEREIRA

Prefeito

Página 9 de 13



RG: 29.640.804-9

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA

Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

TESTEMUNHAS:		
Nome: Jessica Sou RG: 40.034.181-5	ıza de Campos Domingos	Nome: Luiz Antônio Dominato RG: 23.014.505-X



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

ANEXO LC-01 – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MOTA.

CONTRATADO: DROGAFONTE LTDA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO № (DE ORIGEM): 200/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- **a)** O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- **b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- **d)** As informações pessoais dos responsáveis pela <u>ADMINISTRAÇÃO</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- **b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Cândido Mota, 08 de outubro de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

Página **11** de **13**



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

CPF: 265.370.418-80

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA						
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL						
CPF: 265.370.418-80						
Assinatura:						
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:						
<u>Pela ADMINISTRAÇÃO</u> :						
Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA						
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL						
CPF: 265.370.418-80						
Assinatura:						
Pela DETENTORA:						
Nome: MARIA EMÍLIA DE SOUZA FERRAZ						
Cargo: REPRESENTANTE LEGAL						
CPF: 056.57.014-67						
Assinatura:						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO:						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL CPF: 265.370.418-80						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL CPF: 265.370.418-80 Assinatura:						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL CPF: 265.370.418-80 Assinatura: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL CPF: 265.370.418-80 Assinatura: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO: Nome: Renata Maria Pereira da Mota Palma						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL CPF: 265.370.418-80 Assinatura: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO: Nome: Renata Maria Pereira da Mota Palma Cargo: Farmacêutica						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL CPF: 265.370.418-80 Assinatura: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO: Nome: Renata Maria Pereira da Mota Palma						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL CPF: 265.370.418-80 Assinatura: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO: Nome: Renata Maria Pereira da Mota Palma Cargo: Farmacêutica CPF: 300.550.518-98						
ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO: Nome: ERALDO JOSÉ PEREIRA Cargo: PREFEITO MUNICIPAL CPF: 265.370.418-80 Assinatura: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO: Nome: Renata Maria Pereira da Mota Palma Cargo: Farmacêutica						



Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

www.candidomota.sp.gov.br

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Cotação de Preços.

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Nome: Mynavyalke Correa Salles Cargo: Auxiliar De Serviços Gerais

CPF: 337.885.338-70
Assinatura:
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Pregoeiro e Agente de Contratação. Nome: João César Pecoraro Cargo: Agente De Contratação
CPF: 368.261.848-07
Assinatura:
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Preenchimento e envio para assinatura das atas. Nome: Hiago Angelini da Silva Cargo: Chefe de Seção de Expediente Licitatório CPF: 456.248.078-56
Assinatura:
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Parecer Jurídico. Nome: Éverton Luiz Grejo Cargo: Secretário de Negócios Jurídicos № OAB: 338610
Assinatura:

Cândido Mota, 08 de outubro de 2024.